

A REESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA NO CENTRO OESTE BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

LA ESTRUCTURACIÓN AGRÍCOLA EN EL CENTRO OESTE BRASILEÑO: ALGUNAS CONSIDERACIONES

Bianca Simoneli OLIVEIRA¹
Lázaro Vinícius Oliveira SILVA²

Resumo: As transformações agrícolas que ocorreram no Centro Oeste após a década de 1970 tiveram como suporte vários programas de desenvolvimento governamentais e agroindustriais. Diversas adaptações foram realizadas em toda a estrutura que compõe o campo e sua produção, no sentido de atender aos interesses dos capitais hegemônicos e as imposições do período técnico científico informacional. A reestruturação da produção agropecuária veio desenvolver o agronegócio regional e criar uma nova região agrícola no interior do país, além de estabelecer uma nova divisão social e territorial do trabalho. Em Goiás, uma das microrregiões que mais se beneficiou desse processo foi o Sudoeste Goiano, uma vez que recebeu apoio governamental e logístico para a constituição de um complexo agroindustrial voltado para a sojicultura. Diante disso, interessa-nos nesse artigo, compreender como ocorreu a reestruturação agrícola no Centro Oeste e quais transformações podemos verificar no Sudoeste Goiano.

Palavras Chaves: Reestruturação agrícola; agroindústria, programas governamentais, Centro Oeste.

Resumen: Las transformaciones agrícolas que sucederan en el Centro Oeste después de los años 1970 han tenido cómo soporte muchos programas de desarrollo del gobierno y de las agroindustrias. Muchas innovaciones han realizadas em la estructura del campo y en su producción para atender las conveniencias de los capitales hegemônicos y las imposiciones del período técnico científico informacional. La reestructuración de la producción agropecuária han venido desarrollar el agronegocio regional y han creado una nueva región agrícola en el interior del país y también ha creado una nueva división social y territorial del trabajo. En Goiás, una de las microregiones mas favorecida del proceso es el Sudoeste Goiano, pues ha recibido apoyo del gobierno y apoyo logístico para la constitución de un complejo agroindustrial de la soya. Delante desto, el objetivo del trabajo se centra em comprender la reestructuración agrícola en el Centro Oeste y las mudanzas en el Sudoeste Goiano.

Palabras Claves: Reestructuración agrícola; agroindustria, programas del gobierno, Centro Oeste.

Introdução

A dinâmica de reprodução dos espaços agrícolas do Cerrado que são incorporados à produção agropecuária globalizada, ocorre no sentido de atender as exigências da agricultura científica e do agronegócio. No Centro Oeste esse processo vem difundindo especializações territoriais produtivas (soja, milho, cana de açúcar), estimulando a agroindústria e a refuncionalização das cidades do campo.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e professora na Faculdade Almeida Rodrigues. E-mail bsimoneli@bol.com.br

² Mestrando no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail lazarovinicius@gmail.com

Esse termo foi usado por Santos (1996, 2005) e Santos; Silveira (2001), e se referem a todas as cidades que estejam vinculadas com as atividades modernas do campo, cidades que se reafirmam em novas atividades implantadas para atender a demanda do consumo produtivo da agricultura, da pecuária e da agroindústria.

Diante disso, interessa-nos compreender como se estabeleceu a reestruturação produtiva da agropecuária nas áreas agrícolas do Centro Oeste e quais transformações podemos verificar no Sudoeste Goiano.

Esse trabalho teve como procedimento metodológico, leituras teóricas para a compreensão das mudanças sócio econômicas do espaço agrário brasileiro, as políticas agrícolas e os investimentos direcionados para o Sudoeste Goiano a partir de 1970, para tanto, destacamos autores tais como Graziano Neto (1985), Gonçalves (2001), Santos, (2005) e Santos; Silveira (2001), dentre outros.

No desenvolver desse artigo, buscaremos responder algumas das questões que direcionam a pesquisa: - quais programas foram criados pelo governo federal no sentido de estimular a ocupação e o desenvolvimento econômico do Centro Oeste? Como esses processos estimularam o desenvolvimento da agropecuária e levaram-na a passar por uma reestruturação agrícola? Quais transformações ocorridas no espaço agrário do Sudoeste Goiano após esse processo?

Nesse sentido, esse trabalho será estruturado da seguinte maneira: primeiro iremos apresentar a atuação do Estado e do capital privado no espaço agrário do Centro Oeste, os programas agropecuários e as transformações agrícolas regionais, e em seguida, apresentaremos as transformações sócio econômicas no espaço agrário do Sudoeste Goiano e a consolidação do agronegócio.

O papel do Estado e do capital privado na reestruturação produtiva da agropecuária e na criação dos complexos agroindustriais no Centro Oeste

A década de 1970 foi para o contexto político e econômico brasileiro um período ímpar; politicamente o Brasil era governado pelos militares, e eles, continuaram o grande projeto de interiorização do Brasil, uma vez que a realização do Plano de Metas³ não foi suficiente para integrar economicamente o Centro Oeste com o restante do país. E economicamente, foi o período em que grandes programas direcionados a agricultura foram criados, modificando substancialmente os Cerrados e a economia agrícola até então implantada.

Cataia (2006), ao analisar a geopolítica que envolve a criação de novos municípios brasileiros, mostra que o Brasil era visto como um “arquipélago” do ponto de vista econômico e um “aleijão” do ponto de vista geográfico, uma vez que as fronteiras de muitos municípios da hinterlândia possuíam dimensões superiores a muitos estados federados, o que dificultava sua real administração. Arquipélago porque se divide da seguinte maneira: a) num núcleo central, o triângulo da potência, formado por RJ, SP e MG; b) uma “península sulina”, que correspondia à região sul do Brasil; c) uma “península nordestina”; e d) a ilha Amazônica, que correspondia a grande parte atual do Centro Oeste e a totalidade da região Norte. Uma área vista como um grande deserto e futura área de articulação com o resto do país.

³ Trata-se do Plano que direcionou a política de governo Juscelino Kubitschek, culminando com a construção de Brasília.

A falta de integração se dava principalmente pela fraca rede nacional de transportes e a baixa densidade nas áreas interiores. Fatores que eram entraves ao crescimento econômico do país.

A construção de Brasília, a implantação e o asfaltamento de novas vias estratégicas, interligando a nova capital federal a diferentes pontos do país, propiciaram a uma melhor articulação do Centro Oeste em nível nacional; porém a economia brasileira precisava de produção e de mais mercados.

Nesse sentido, o Centro Oeste tornou-se o principal centro para os projetos de modernização: uma área estratégica que serviria para abastecer o mercado nacional e internacional, potencializar a economia Centroestina e promover a segurança nacional do território por meio da “ocupação das áreas vazias” e próximas às fronteiras; e ainda, criar uma integração entre setores primários com o secundário.

A política de modernização da agricultura estabeleceu um conjunto de medidas que iria abarcar a totalidade da produção econômica, financeira, ocupacional e estrutural no Centro Oeste, visando torná-lo potencialmente produtivo. O capital monopolista e o Governo Federal tiveram papéis primordiais na consecução desse processo. No entanto, o Estado ficou responsável em financiar e estimular a ocupação planejada, promovendo o desenvolvimento intenso e racional de uma agricultura mecanizada e volumosa, cuja matéria prima deveria atender prioritariamente o mercado internacional.

Além da agricultura, a pecuária foi a outra vertente do projeto; dinamizar a área do Cerrado, transformando-a em grandes pastagens para fortalecer o mercado nacional/internacional com carnes e leite.

Cataia (2006) analisa que as políticas estatais tiveram o uso de recursos técnicos modernos articulados com o capital privado e transnacional e com a colonização do Centro Oeste. Mas que para uma efetiva realização, o Estado teve de lançar mão de um tripé, cujos vértices encontram-se articulados com a técnica (novas tecnologias aplicada à produção e à circulação), créditos e subsídios e os grandes capitais. Contudo, precisamos acrescentar a esse tripé, o papel do agricultor, enquanto intermediário da “revolução do campo” no Centro Oeste.

Para a efetiva consecução do projeto de ocupação e produção, dois fatores tiveram solução por intermédio do Estado. O primeiro “quem produzir”, foi solucionado no decorrer das décadas de 1970/80 por meio das colonizações (priorizando sulistas e paulistas que tinham experiências no campo); e o segundo, “como pagar”, ou seja, a origem dos recursos necessários a viabilização da compra das terras, de produtos e tecnologias, de investimentos, de armazenagem, de processamento, de escoamento, entre outros, foram todos subsidiados pelo Governo Federal até o final dos anos 1980.

Dentre os programas criados para dar suporte ao novo modelo produtivo, destacamos aqueles que mais atenderam às necessidades dos produtores do Centro Oeste: tais como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), criado no governo de Geisel (1974-79) foi um dos programas mais expressivos; dentre seus objetivos, visava à interiorização do desenvolvimento, beneficiando, sobretudo, o Centro Oeste e a Amazônia. O discurso oficial era de que “as atividades econômicas realizadas nos Cerrados até esse período, eram escassas e pouco relevantes para a economia regional”. Os solos do Cerrado, por serem ácidos, pobres em nutrientes e com alta concentração de alumínio, foram desfavoráveis a muitos tipos de cultivos. Por isso, por longa data, essa foi uma área isolada e sem grandes expectativas para a economia brasileira, especificamente no que se referia a agroexportação.

No contexto físico-geográfico, o Cerrado ocupava no Brasil, uma área heterogênea de aproximadamente 2 milhões de Km², equivalente a 24% do território nacional. Abrangia

quase todo o Centro Oeste, além de Rondônia, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, Piauí, e Maranhão, além de algumas manchas na Amazônia. (SOARES; BESSA, 1999).

A partir do II PND, outros programas que se destacaram foram: Programas integrados de colonização (PIC) e Programa de redistribuição de terras e desenvolvimento agroindustrial (PROTERRA); - Programa de incentivo fiscal para o armazenamento legal (abrangendo o Centro Oeste, Minas Gerais e Norte de Goiás); - Programa de desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), incentivo às frentes comerciais, realizado em áreas específicas⁴, selecionadas segundo critérios de dotação de infraestrutura e potencial de expansão da agropecuária comercial; - Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), promovendo a expansão da agricultura moderna.

Foram inúmeros os programas criados entre os anos de 1970 e 1980; os créditos fartos e os juros baixos foram muito atrativos. Aos poucos, o Cerrado foi tornando-se uma grande fonte de renda por meio da implantação de uma agricultura comercial para exportação de bases empresariais, fortalecendo-se como o “Celeiro do Brasil”. Os grãos tornaram-se “commodities agrícolas” no mercado internacional, estimulando cada vez mais a sojicultura.

Gonçales (2001) ao analisar a modernização da agropecuária nos Cerrados do Sudoeste Goiano, explica que a consolidação da soja no Brasil ocorreu a partir da década de 1970 por duas razões principais: a) uma conjuntura internacional favorável – diante do aumento da demanda internacional em função da crise da oferta de outras matérias-primas ricas em proteínas; b) a atuação do Estado financiando todas as fases da cadeia produtiva da soja e articulando a indústria a montante, com base em três mecanismos: a concessão de crédito rural subsidiado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); o processo de subvenção dos insumos e equipamentos agrícolas, além da criação de programas destinados a suprir a carência na infraestrutura de transporte e armazenagem.

Como resultado, a produção do complexo da soja no Centro Oeste cresceu em mais de uma centena de vezes em três décadas (1975-2010), como podemos verificar na tabela 01.

Tabela 01: Produção da soja (t) por região brasileira – 1970 a 2010

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1970	1	23	94.723	1.764.912	24.568
1975	66	173	677.492	7.793.384	250.160
1980	26	940	1.205.671	10.041.462	1.509.861
1985	677	86.185	1.816.700	10.702.000	5.572.700
1990	53.200	267.800	1.843.500	11.688.952	6.325.620
1995	45.500	1.303.300	2.418.500	12.025.100	10.401.900
1999	133.461	1.615.876	2.756.952	12.918.939	13.356.147
2005	1.384.561	3.959.940	4.640.903	12.544.106	28.652.564
2010	1.612.231	5.308.842	4.293.584	25.673.464	31.591.846

Fonte: IBGE/ Censo agropecuário 1970-2010. – SIDRA/IBGE.

Em 1985, o Sul produzia 59% da soja no Brasil, enquanto que o Centro Oeste era responsável por apenas 30%. Já no ano de 1999, o Centro Oeste produziu 43% da soja, ficando o sul com 42% da produção. A partir de 1999, Centro Oeste se consagra no maior produtor de soja do país, chegando a 31 milhões de toneladas em 2010.

A expansão da agricultura comercial entre 1970 e 2010, apresentou algumas mudanças que merecem ser destacadas: primeiro, devemos observar que a agropecuária perdeu

⁴Áreas escolhidas para a implantação do POLOCENTRO: Campo Grande, Três Lagoas e Bodoquena (MS); Xavantina e Parecis (MT); Gurupi (TO); Paranã, Pirineus, Piranha e Rio Verde (GO).

capacidade de geração de empregos diretos a partir da sua maior tecnificação, final dos anos de 1980.

Nos três estados do Centro Oeste houve redução de pessoal ocupado a partir de 1985, como decorrência do avanço das frentes de agricultura intensiva e da pecuária. Parte desse emprego foi desviado para os setores secundários ou terciários, concentrados em poucos centros urbanos. Segundo os Censos agropecuários do IBGE (1970 a 2005), somente em Goiás, a geração de emprego no campo cai de 688 mil (1970) para 402 mil em 2005.

Além disso, o avanço da tecnificação pode ser identificado pelo crescimento do número de tratores, evidenciado a grande transformação na estrutura produtiva primária dessa região. Em Goiás, o uso de tratores se eleva de 13 mil em 1970 para 42 mil em 2005. (IBGE, 1970 – 2005)

As áreas de pastagens e o efetivo bovino também ampliaram substancialmente. O IPEA (2002) nos revela que no Mato Grosso, entre 1970 e 1995, houve o acréscimo de mais de oito milhões de hectares em pastagens plantadas, cerca de 150%. Em Goiás, mesmo com a divisão estadual⁵, o número de tratores ampliou, revelando maior introdução de tecnologia no seu território agrícola.

A partir dessas reestruturações no espaço agrícola, tendo a ciência, a tecnologia e a informação aplicadas à produção agropecuária, surge um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuário, denominado por Elias (2006a, 2006b, 2006c, 2008) de “agricultura científica”.

A implantação de uma agricultura científica demanda cada vez mais inovações e torna o espaço agrário mais racional, ou seja, ocorre um maior investimento em tecnologia. Essa racionalidade do campo é vista por meio dos fixos e fluxos que são criados para atender o capital. O tempo e o espaço deixam de serem empecilhos para a produção agrícola.

Sobre isso, Santos; Silveira (2001, p. 118) tecem o seguinte comentário:

No passado a natureza do produto e as condições e velocidade da circulação determinavam certa organização do território, pois existiam ritmos agrícolas que não podiam ser modificados e uma necessidade de industrialização próxima diante dos problemas de conservação. [...], hoje as biotecnologias e os novos calendários, a capacidade de armazenagem e as condições de fluidez efetiva para certas firmas permitem a emergência do que chamamos de fazenda dispersa.

As fazendas dispersas que os autores falam, são uma das características desse novo modelo produtivo agrário, especialmente das regiões agrícolas; são grandes propriedades que absorvem os nexos da agricultura científica, transformando-se muitas vezes em empresas rurais, para atender a produção globalizada. Nelas, ocorre o que Elias (2006a,b,c) mostra sobre a agricultura científica: são colocadas na dupla dependência da indústria: primeiro para a aquisição da energia, máquina e produtos, depois para o escoamento de suas colheitas, no sentido de viabilizar os Complexos Agroindustriais, conceito que será abordado mais adiante.

No Centro Oeste, concomitante à agropecuária, o Governo Federal cria programas que irão direcionar e estimular a agroindústria na região, favorecendo a formação dos Complexos Agroindustriais, especialmente dos grãos.

Dentre as políticas de interiorização voltada para o Centro Oeste, foi criado um conjunto de incentivos fiscais tendo por eixo central o fomento à agroindustrialização, que se distribui da seguinte maneira, conforme informações do IPEA (2002): Em Goiás, incentivos

⁵A divisão estadual ocorreu em 1988, em que a porção norte de Goiás tornou-se uma nova unidade administrativa: o estado de Tocantins.

por 10 anos para indústrias recém implantadas, com isenção do ICMS; em Mato Grosso do Sul, devolução de até 67% do ICMS gerado por três anos e no Mato Grosso, área da SUDAM, concessão de subsídios mais elásticos.

Aos poucos foram sendo implantadas pequenas unidades industriais na região, operando com baixo nível técnico e sob a tutela de pequenos grupos empresariais locais e regionais (utilizando parte das plantas industriais desmontadas no Centro Sul) e tendo com suporte, capital favorecido pelos incentivos fiscais. Essas empresas, quando hegemônicas, conseguem modificar, muitas vezes, as regras da economia regional e adaptar a sociedade à sua imagem, ocasionando reestruturação produtiva no campo e na cidade.

Importante ressaltar que o processo de ocupação agroindustrial do Centro Oeste ocorreu mais tardiamente, como nos revela a pesquisa de Castro (1995), e pode ser dividido em três fases: na 1ª fase, o movimento se inicia com a adaptação da soja no Cerrado na década de 1970 e seu processamento; na 2ª fase, ocorre a expansão da soja e do milho para o interior do Mato Grosso, apresentando excelente produtividade, e a entrada de empresas que atuam junto ao mercado de commodities; e na 3ª fase, configura-se com o deslocamento de grandes conglomerados industriais para o Centro Oeste, na segunda metade da década de 1980, transferindo fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais, oriundos do Sul e do Sudeste.

O desenvolvimento da agricultura científica nos moldes capitalistas de produção e sua união com a agroindústria veio estabelecer o que Elias (2006a,b,c, 2008) denomina de reestruturação produtiva da agropecuária (RPA), que pode ser compreendido também como a intensificação do capitalismo no campo, cujas mudanças técnicas, sociais e econômicas são vislumbradas mais intensamente nas regiões agrícolas, incluindo a região concentrada (SANTOS, 2005), que foram as primeiras a atingir o processo de modernização. Além da região Centro Oeste e algumas manchas do Nordeste e Norte.

[...] a reestruturação da agropecuária se deu com um amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, provocando notáveis metamorfoses nas relações sociais de produção e acarretando transformações na divisão social e territorial do trabalho agropecuário. (ELIAS, 2006a, p. 284).

A partir da maior interdependência entre a agropecuária com os demais setores, fortalecendo o capitalismo no campo, Santos, Silveira (2001), e Elias (2006a,b,c, 2007), afirmam que a agropecuária brasileira passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico científico informacional, com possibilidades semelhantes às dos setores econômicos para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade, competitividade e qualidade. Ou seja, a agricultura passa a receber as mesmas ordens ou leis que regem os outros setores da produção econômica, e a exigir, por outro lado, inovações tecnológicas que sustentem e ampliem sua participação no mercado, respondendo as necessidades capitalistas do mercado. Esse capitalismo, representado pela globalização, responde pelo avanço da técnica, da ciência e da informação e configura-se numa mola propulsora para viabilizar a modernização da agricultura brasileira.

O Centro Oeste, especificamente, teve seu papel agrícola alvo de transformações por parte dos vários programas de desenvolvimento agrícola e agroindustrial. Teve de se adaptar progressivamente e eficientemente aos interesses dos capitais hegemônicos e se reconstituir conforme as imposições do período técnico científico informacional, expandindo a agricultura científica e o agronegócio e submetendo-se a uma nova divisão social e territorial do trabalho.

Conforme Teixeira (2005), o conceito de modernização da agricultura varia entre os diversos autores que abordam o tema, uns consideram apenas as modificações na base técnica

e outros levam em conta todo o processo de produção. No primeiro caso, considera-se modernizada a produção agrícola que faz uso intensivo de equipamentos e técnicas, tais como máquinas e insumos modernos, que lhe permite maior rendimento no processo produtivo. Assim, modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização e tecnificação da lavoura. No segundo caso, o conceito de modernização não pode se restringir aos equipamentos usados e sim, deve levar em conta todo o processo de modificações ocorrido nas relações sociais de produção.

Nas palavras de Graziano Neto (1985) a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, se não, o processo de transformação capitalista da agricultura. Com novas técnicas e equipamentos modernos, o produtor passa a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. Um processo que subordina a agricultura cada vez mais à indústria.

Em outras palavras, o capitalismo chega ao campo e impõe uma ordem de mudanças radicais ao homem do campo, este por sua vez, ou se adapta às tecnologias e normas de mercado, ou, fica à margem do processo, tais como os pequenos produtores rurais. Estes últimos passam a participar de uma competição desigual entre o mercado empresarial e o “mundo camponês”.

Uma vez que o fazendeiro entra no ciclo da produção em grande escala, sujeitando-se as normas do mercado, ele não consegue mais sair do ciclo, pois essa fase de modernização da agricultura domina o homem centroestino como um convite e ao mesmo tempo uma ordem invisível pelo sistema empresarial.

Dentre as mudanças técnicas no campo, relembremos alguns indicadores tais como o uso de tratores no Brasil, que era restrito até 1959, pois eram importados, depois desta data, se instala uma fábrica da Ford e inicia sua fabricação. Segundo dados do IBGE, o número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 2006, passou de 165.870 para 820.673 respectivamente.

E ainda, o uso de fertilizantes artificiais e agrotóxicos se acentuaram a partir da década de 1960. Segundo Graziano Neto (1985), entre 1965 e 1975 o consumo de fertilizantes cresceu a taxa média de 60% ao ano, enquanto que os agrotóxicos cresceram numa média anual de 25%. Tais índices, bastante elevados, revelam a evolução do consumo científico do campo.

O consumo da química e da técnica no campo estimulada pelo capital hegemônico internacional irá ganhar impulso com crédito rural, viabilizado por uma política de créditos facilitados pelo Governo Federal, a partir da década de 1960, como incentivo ao consumo produtivo agrícola. Nas palavras de Graziano Neto (1985) a agricultura brasileira respondeu não apenas às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva.

As transformações na agricultura a partir de 1960/70, pressionadas pela expansão do capital industrial promoveram mudanças sociais no campo, provocando uma reviravolta em toda a extensão da sociedade brasileira. Dentre os vários acontecimentos, destacamos a intensa transferência de população para o setor urbano, promovida por um conjunto de fatores, tais como a mecanização do campo, a substituição de culturas exigentes de mão de obra ou a aplicação da legislação trabalhista no campo.

Além disso, houve uma nova divisão social do trabalho, reformulando a mão-de-obra restante no interior das propriedades, substituindo os parceiros e agregados pelo assalariado, sobretudo, nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a exclusão, o esfacelamento ou a venda, com conseqüente expulsão para os centros urbanos.

Diante disso percebemos que a modernização da agricultura foi um processo contraditório, em que o Estado quis aumentar a qualquer custo a produção agropecuária se ajustando apenas aos objetivos da política de industrialização e, no entanto, não se preocupou com as alterações ambientais, sociais, os conflitos e a situação fundiária.

A concentração de terras visando à comercialização do campo tornou-se um processo segregador e conflituoso. A população rural mais pobre sentiu-se pressionada a migrar cada vez mais para além da fronteira agrícola, ou inserir-se nas periferias dos núcleos urbanos, uma vez que os programas e subsídios visam mais os latifundiários que os camponeses descapitalizados.

Na verdade, ocorreram mudanças de ordem técnicas, econômicas, sociais e administrativas no campo, mas não de ordem agrária. Tratou-se de uma modernização conservadora, em que o grande latifundiário, tornou-se o empresário rural e ganhou novos espaços no Centro Oeste e Norte do país, mantendo vivo o conflito entre camponeses e sem terras no país.

Na realidade, a modernização do campo aumentou a distância entre os grandes agricultores, que tiveram acesso ao pacote tecnológico e os pequenos, que não tiveram condições de competir com os novos parâmetros de produtividade.

Os grandes agricultores, empresários do campo moderno, puderam ampliar o consumo produtivo e o consumptivos (SANTOS, 2005) por meio do uso de mais maquinários, pivôs de irrigação, pilotos e técnicos agrícolas, agrônomo, veterinário, financiamentos, acesso a internet e as bolsas de valores. Diversificaram o consumo e estimularam a indústria, o comércio e o serviço em função do campo.

A partir de 1970, o capital produtivo agrícola vai ganhando força e se subordina paulatinamente a indústria. Silva (1997) chama essa fase de “industrialização da agricultura”, ou seja, é a subordinação da natureza à lógica do capital. Segundo esse autor, esse processo ocorreu tendo a implantação de indústrias de ramos a montante da agropecuária, os fornecedores de insumos modernos e a jusante, os transformadores dos produtos agropecuários.

Esse processo de industrialização da agricultura se consolida no Centro Oeste a partir de 1980/1990, quando outros fatores em conjunto, favorecem a formação dos Complexos Agroindustriais, também chamados de CAI's. Dentre esses fatores, destacamos os incentivos políticos direcionados à agroindustrialização, os investimentos em infraestrutura de transporte e comunicação e o processo de imigração interregional.

Rui Erthal (2006), analisando os Complexos Agroindustriais (CAI's) na economia e na organização do espaço brasileiro, nos mostra que há uma diferença entre os termos modernização e industrialização da agricultura. De acordo com esse autor, por modernização entende-se basicamente a mudança de base técnica da produção agrícola, elevando-se o consumo de insumos e ampliando-se a produção; já a industrialização da agricultura, corresponde a uma fase mais “evoluída” da modernização, ou seja, envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo da produção semelhante a uma indústria, exigindo insumos num primeiro momento e produzindo matérias primas para outros ramos da produção num segundo momento.

Quando a agricultura alcança o estágio de “industrialização”, o processo ganha um caráter de irreversibilidade (ERTHAL, 2006). Nesse sentido, o mais elevado grau de irreversibilidade ocorre no contexto do Complexo Agroindustrial, quando a agricultura encontra-se altamente modernizada e industrializada.

Silva (1997) nos mostra que a formação desses Complexos Agroindustriais, também denominados Sistemas Agroindustriais, se deu a partir da integração intersetorial de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura; a agricultura (moderna)

propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas beneficiadas por fortes incentivos governamentais.

Nessa discussão, Muller (1989), que também analisa os Complexos Agroindustriais no Brasil, nos afirma que este pode ser definido como um conjunto estabelecido pelas atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades que incluem a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; além da coleta, da armazenagem, do transporte, da distribuição dos produtos industriais e agrícolas, do financiamento, da pesquisa e da tecnologia e da assistência técnica.

A formação do CAI vai além das mudanças técnicas, modificando também o setor econômico e social. Sobre isso, Müller (1989, p. 34) nos esclarece:

Com a integração indústria e agricultura no período de 1960-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas. Mas na própria agricultura surgem empresas e grupos econômicos, que com suas congêneres industriais, fazem parte do poder econômico com interesses nas atividades agrárias. A nova conexão entre a agricultura e a indústria, tira o poder dos grupos rurais de atuarem isoladamente, além de exigir uma maior participação do Estado como capitalista financeiro. A relação básica ocorre via capital dos grupos rurais, do Estado e de grandes grupos internacionais, que geralmente incorporam outras atividades, além da agrícola.

As transformações no espaço agrário por meio dos Complexos Agroindustriais exigiam além da mudança técnica, uma mudança ideológica, uma vez que o proprietário precisava aceitar as novas lógicas do mercado, fazendo investimentos pesados num sistema de fixos e fluxos, até então desconhecidos na prática rural, tais como inserção de maquinários, química, armazenamento, circulação, exportação, que viessem viabilizar a produção em alta escala.

Santos; Silveira (2001, p.118) mostram que as inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura concorreram para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra;

[...] o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informação, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação, constituem certamente, dados que vão permitir a reinventar a natureza, modificando solos, criando sementes [...]. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico científico informacional.

As mudanças ideológicas foram estimuladas com o apoio do capital estrangeiro e do Estado. O primeiro justificava o emprego de técnica, ciência e informação no campo, conhecido como Revolução Verde e o segundo, aliou esse discurso para desenvolver o setor primário brasileiro, visto como entrave econômico.

A Revolução Verde foi um processo introduzido nos países subdesenvolvidos pelas empresas americanas, sustentando o discurso malthusiano de que a fome assolaria o mundo, e portanto, essas novas técnicas iriam aumentar a produtividade e sanar essa questão mundial.

A importação e incorporação do “pacote tecnológico” oferecido pela Revolução Verde, ficaram a cargo do Governo Federal e do capital monopolista e era composto pelas seguintes inovações: novas técnicas de cultivo, equipamentos para mecanização, fertilizantes,

defensores agrícolas, adubos e sementes selecionadas. Tudo que era necessário para corrigir os solos dos Cerrados e propiciar uma alta produtividade.

Nesse sentido, a partir de 1970, o Estado procurou instaurar seu projeto modernizador com o objetivo de atrelar o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico, constituindo no território nacional um sistema de objetos e ações (SANTOS, 1996) que facilitaria o crédito rural, a criação de institutos de pesquisas e assistência técnica, o incentivo a utilização de técnicas e insumos modernos, o armazenamento, circulação e comercialização.

A noção de espaço como sistema de objetos e sistema de ações indissociáveis apresentada por Santos (1996) fornece elementos teóricos para pensarmos a produção racional de um espaço, no qual “[...] cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional”. (SANTOS, 1996, p. 50).

Em Goiás esses atores hegemônicos irão reinvestir na agropecuária direcionando-a para a produção agroindustrial, constituindo na formação dos Complexos Agroindustriais e numa economia liderada predominantemente pelo agronegócio.

A consolidação do agronegócio e as mudanças no espaço agrário do Sudoeste Goiano após a implantação dos Programas agropecuários

Em Goiás, as especializações territoriais produtivas características da reestruturação produtiva, materializaram-se a partir de 1970, por empresas agrícolas e agroindustriais, nacionais e multinacionais, especialmente vinculadas à soja. Elas criaram arranjos territoriais produtivos que se articulam com a escala nacional e internacional e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado.

Segundo Elias (2006a) esses arranjos territoriais são inerentes ao circuito superior do agronegócio ou agribusiness; tendo os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação promovendo uma reorganização do espaço produtivo comandado pela racionalidade do presente período histórico e imposto pelo capital hegemônico.

O termo agribusiness foi criado nos Estados Unidos na década de 1950 pelos professores John Davis e Ray Goldberg, da Universidade de Harvard. Segundo Araújo (2005) esses pesquisadores criaram esse conceito para entender a nova realidade da agricultura norte americana e o definiram como:

[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção das unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados. (ARAÚJO, 2005, p. 16).

No Brasil, segundo Araújo (2005), o termo chega a partir da década de 1980 e vão aparecer publicações mais representativas a partir da década de 1990, com a denominação de agronegócio.

Importante compreender que o agronegócio tem como ideia central, a constituição de cadeias produtivas, que são formadas por dezenas de elos ou agentes econômicos, integrados por diversos mecanismos, como cooperativismo, associativismo, parceiros, contatos, integração vertical e alianças estratégicas.

A tabela 02 sintetiza a integração do agronegócio, reunindo quatro eixos principais: - fornecedores de insumos/bens de produção; produção agropecuária; processamento e transformação; distribuição e consumo, tendo ainda na base da estrutura, os serviços de apoio.

Tabela 02: Constituição do Agribusiness no Brasil

Fornecimento de insumos e bens de produção	Produção agropecuária	Processamento e transformação	Distribuição e consumo	Consumos
Sementes	Produção animal	Alimentos	Restaurantes	Consumos
Calcário	Lavouras perm.	Têxteis	Hotéis	
Fertilizantes	Lavouras temp.	Vestuários	Bares	
Rações	Horticulturas	Madeira	Padarias	
Defensivos agrícolas	Silviculturas	Bebida	Fast food	
Produtos veterinários	Extração vegetal	Álcool	Self service	
Tratores e Colheitadeiras		Papel	Supermercados	
Implementos		Fumo	Comércio atacadista	
Equipamentos		Óleos	Exportação	
Máquinas e Motores		Essências		

Serviços de apoio: Veterinários, agrônomos, P&D, bancários, marketing, vendas, transporte, armazenagem, portuários, assistência técnica, informações de mercado, centros formadores de mãos de obra qualificada e especializada, administradores, contadores, bolsas, seguros, outros.

Fonte: LUCCI (2003, p. 133).

Esses eixos sistematizados deixam claro o arranjo das funções em torno das empresas rurais; nelas, a gestão é avaliada pela capacidade de escolher e adquirir os insumos, os equipamentos e as máquinas, de conduzir técnica, avaliar o processo de produção e calendário e de realizar operação comercial. Tudo isso pode ser entendido como atividades que são realizadas a montante. A jusante aparece estruturas complexas que são assumidas por outras organizações empresariais, tais como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos.

O agronegócio se apresenta como um dos principais setores da economia brasileira, tanto em termos de geração de renda e emprego quanto da contribuição para o desempenho da balança comercial do país. Contribuiu em 2008 com 28% do Produto Interno Bruto (PIB) e 38% do total das exportações. (SEBRAE, 2008).

A estruturação do CAI e do agronegócio é um processo novo, pouco mais de duas décadas no Centro Oeste e suas transformações ainda não estão prontas. As cidades das regiões agrícolas que se estruturam em função dos Complexos Agroindustriais, desenvolvem características próprias, refuncionalizam conforme a demanda regional e estimulam outras novas. Algumas dessas cidades passam a ter como carro chefe de sua economia, o agronegócio; são exemplos Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO), sedes agroindustriais e de eventos tecnológicos direcionados para a agricultura científica.

A implantação de um sistema de fixos e de fluxos (SANTOS, 2005) que estão na base da reestruturação produtiva da agropecuária, facilita a difusão da agricultura científica e do agronegócio. Eles irão ajudar nos processos frequentes de fusão com capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços, aproximando cada vez mais campo e cidade. O desenvolvimento de indústrias a montante, fortalecendo a agricultura científica e a jusante, fortalecendo a indústria de transformação, tem na base esse sistema de fixos e de fluxos e seguem os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação. São eles que irão dar suporte aos complexos agroindustriais e ao desenvolvimento do agronegócio.

No Centro Oeste, esse sistema de fixos e de fluxos são materializados no território por meio das vias de transporte e comunicação, estabelecendo maior fluidez para atender a demanda da agricultura moderna. São elas que ajudam a efetivar o processo produtivo do campo. Em 1970, as rodovias federais representavam apenas 7,5 % do total regional

Centroestino; elas eram fundamentais na constituição da base do sistema rodoviário e também nas artérias de integração com o restante do país, conforme afirma Cataia (2006).

Os três principais eixos estruturais que auxiliaram na circulação da produção regional foram a rodovia Belém-Brasília (BR-153), a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) que possibilita a ligação do sul do MT até o entroncamento ao norte com a Transamazônica e ao sul, ligando Rondonópolis a Campo Grande (MS), e a rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), que serve de escoamento para Rondonópolis (MT) e Cuiabá, e liga ainda Rondônia e Acre ao Triângulo Mineiro/MG. Outra BR que tem papel relevante é a 060, partindo de Brasília, liga Goiânia com o Sudoeste Goiano, principal região produtora de soja do estado de Goiás.

Contudo, esse arranjo de objetos não funciona sem um acréscimo contínuo de maquinários (plantio e colheita), tratores, peças e implementos agrícolas, sementes híbridas, fertilizantes e corretivos. Isto é, um capital constante (orgânico) que, por sua vez, precisa de energia e informações, que são também normas. Nas palavras de Santos; Silveira (2001, p. 132), os fixos implantados no território fazem crescer a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas, ordens e, sobretudo, dinheiro. “Esses fluxos exigem novamente uma importante infraestrutura para se concretizarem. Cada pedaço do território, por menor que seja, exige um número crescente de fluxos”.

O Sudoeste Goiano caracteriza-se como a microrregião mais produtiva do estado, com destaque para a agricultura de grãos (soja, milho) e a pecuária extensiva de corte e de leite (tabela 03).

Tabela 03: Microrregiões de Goiás - Produção de soja, milho e efetivo bovino em 2009

Microrregiões (GO)	Soja (t.)	Milho (t.)	Efetivo bovino (cab.)
Sudoeste Goiano	3.024.745 t	2.345.886	2.611.394
Anápolis	38.943	167.995	870.286
Anicuns	9.040	71.500	726.268
Aragarças	35.877	8.183	883.800
Catalão	625.065	294.215	796.400
Ceres	32.320	82.964	977.347
Chapada dos Veadeiros	63.510	83.268	424.478
Entorno de Brasília	883.185	874.442	1.410.480
Goiânia	27.559	58.080	578.510
Iporá	7.500	17.434	706.300
Meia Ponte	818.757	391.468	1.596.306
Pires do Rio	460.920	159.820	585.500
Porangatu	125.000	50.370	1.727.608
Quirinópolis	72.536	46.895	1.324.900
Rio Vermelho	7.950	23.350	1.871.275
São Miguel do Araguaia	7.800	15.310	2.058.936
Vale do Rio dos Bois	550.500	235.300	991.660
Vão do Paranã	17.980	54.354	733.495

Fonte: Seplan/Seplin. 2009.

Os dados mais recentes informados pela Secretaria de Estado e Gestão de Planejamento de Goiás (SEGPLAN), mostram que a microrregião do Sudoeste Goiano manteve em 1999, o primeiro lugar na produção agrícola de soja e milho, bem como o rebanho bovino mais numeroso do estado. O destaque também vai para o rebanho suíno, com 880.070 cabeças nesse mesmo ano, representando o consumo da agroindústria de carnes instalada na microrregião, tais como a BRFoods (antiga Perdigão) e demais frigoríficos.

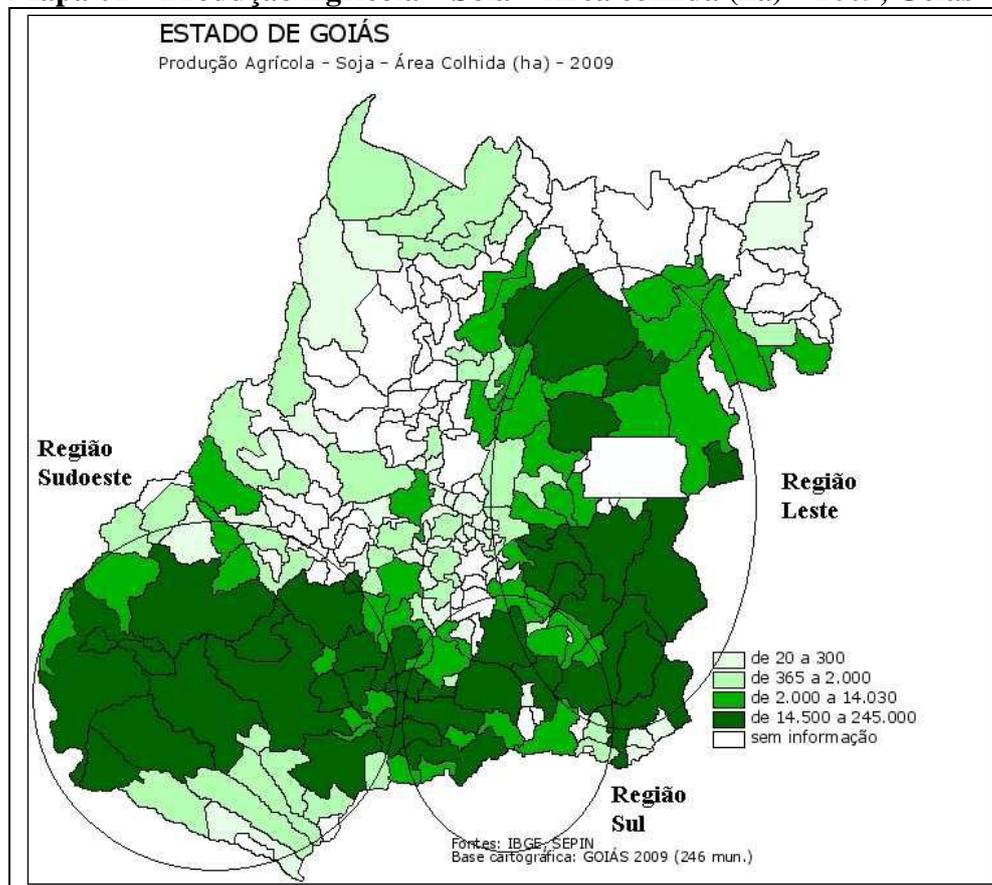
Por sua concentração em matéria prima (grãos e carnes), foi criada uma base produtiva responsável pela produção de matérias primas para agroindústria. Esta, por sua vez desenvolveu uma cadeia produtiva de grãos e carnes (incluindo rações, farelos e óleos) atendendo o produtor rural com uma parte, e o mercado internacional, com outra.

Nesse sentido, a produção regional aliada à agroindústria veio desencadear uma economia pautada no agronegócio, cujo ciclo de agroindustrialização tem ampliando cada vez mais seu espaço local e regional por meio da inserção de novas unidades modernas e de alta produtividade nos municípios do Sudoeste Goiano, tais como Cargill, Louis Dreyfus, Cereal Comércio e importação, COMIGO, Kowalski, dentre outras.

De acordo com Gonçalves (2008, p. 20) é relevante destacar que a agricultura começou a reestruturar-se no Sudoeste Goiano no momento em que se incorporou ao circuito de produção industrial, “seja como consumidora de insumos e maquinários, seja como produtora de matéria-prima para a transformação industrial”. Embora permaneça a transferência de excedentes do setor agrícola, “essa transferência foi realizada notadamente pela ação do complexo agroindustrial, que passou a comandar os processos de produção na agricultura”.

Esse complexo depende da cidade para concluir o ciclo; um grande motor integrado que dará força ao agronegócio. O município de Rio Verde, localizado no Sudoeste Goiano, cuja população é de 176.502 pessoas (Censo/IBGE 2010), pode ser analisado sob essa ótica, pois nele se estrutura as agroindústrias, comércio e serviços que vão girar o motor do agronegócio regional, assentado essencialmente na soja. Cada um desses segmentos, somados a infraestrutura (transporte, armazéns, comunicação, sistema financeiro, exportação), assume funções próprias no arranjo produtivo regional.

Mapa 01 – Produção Agrícola – Soja – Área colhida (há) – 2009, Goiás



Esse município ganhou destaque nacional quando consolidou-se economicamente como o primeiro produtor de soja do estado, produzindo na safra do ano 2000 um total de 507 toneladas de soja e ampliando para 735.000 toneladas em 2009. Esse fator estimulou a formação de um complexo agroindustrial de grãos (esmagamento, produção de óleos, alimentos protéicos e farelos) e de carnes (frigoríficos para abate e industrialização), destacando a presença da empresa BRfoods, girando uma economia de 142 milhões de reais em arrecadação de ICMS.

Em comparação à produção agrícola e ao efetivo animal do Sudoeste Goiano (tabela 04), o município de Rio Verde representou em 2009, um total de 24% da soja e 21% do milho produzidos na microrregião, estimulando a agroindustrial regional.

Tabela 04: Sudoeste Goiano e Rio Verde - produção agrícola e efetivo animal (2009)

1999	Soja (t.)	Milho (t.)	Efetivo suíno (cab.)	Efetivo bovino (cab.)
Sudoeste Goiano	3.024.745 t	2.345.886	880.070	2.611.394
Rio Verde	735.000	508.000	660.000	412.000

Fonte: Seplan/Seplin. 2009.

Além da produção de grãos, Rio Verde também participa com 15% do efetivo bovino, contudo o destaque é para o efetivo suíno, que representava naquele momento, 75% da produção regional. Esse último teve elevado crescimento a partir de 2000, ano que a Perdigão começou a produzir localmente.

Os acontecimentos políticos e econômicos ocorridos no Sudoeste Goiano foram salutares para a formação de um espaço propício às mudanças tecnológicas do campo e a formação de um complexo agroindustrial. Foram eles que permitiram a formação de um palco para o desenvolvimento da reestruturação produtiva da agricultura e do agronegócio.

Nesse sentido, a reestruturação produtiva da agropecuária não ocorre de maneira homogênea: “[...] algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e sistemas normativos inerentes à agricultura científica e ao agronegócio”. (ELIAS, 2006a, p. 32). Em Goiás, o Sudoeste Goiano configura-se como uma dessas áreas. Foram muitos os programas e incentivos governamentais direcionados para a agricultura Goiana, e essa microrregião pôde se beneficiar de muitos deles, promovendo o desenvolvimento de suas relações capitalistas no campo.

Como apoio Estatal para o desenvolvimento da agropecuária, o POLOCENTRO, (criado em 1975), foi o maior programa de desenvolvimento regional executado em Goiás, com impacto direto sobre os Cerrados e sobre a economia agrícola no Sudoeste de Goiás.

Foi um projeto que buscou integrar várias áreas do Cerrado ao processo produtivo, por meio do subsídio de técnicas modernas, tais como adubação, mecanização e calagem. Os projetos aprovados chegaram ao total de 3.373, num montante aproximado de US\$ 600 milhões; desse total o Centro Oeste participou com 71,3 % dos projetos e 74,1 % do valor total. (PEREIRA; XAVIER, 2003).

Em Goiás, os municípios alvos dos projetos agropecuários foram Rio Verde e Piranhas, favorecidos com 38,1% dos projetos aprovados, de maneira que os projetos privilegiaram as atividades de plantio de grãos (soja, milho) e pecuária para o primeiro município e pecuária para o segundo.

Em função da expansão da produção agrícola globalizada, o setor agroindustrial em Goiás tem crescido e fortalecendo os complexos agroindustriais de grãos/carnes. Além dos fatores políticos, tais como o programa Fundo de Participação e Fomento à agroindustrialização do estado (FOMENTAR), lançado em 1985, sua expansão se deve

também aos sistemas de objetos e ações que foram sendo constituídos no território agrícola, tais como as relações comerciais estabelecidas, oferta de mão-de-obra, disponibilidade de matéria prima, disponibilidade de créditos, sistema parceria integrada, de armazenamento, circulação, produção e consumo. (PEREIRA; XAVIER, 2003; GONÇALES, 2001, FERREIRA, 2001).

Segundo a Revista Economia & Desenvolvimento (1999), o programa FOMENTAR foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (PRODUZIR) em 1998. A partir deste, foi possível alterar significativamente a estrutura econômica do estado em apenas 14 anos (1985 - 1999). Com prorrogação de 73 % do ICMS, por um prazo de até 25 anos, a juros anuais de 2,4 %, o programa atraiu inúmeras indústrias para Goiás, mudando o perfil da economia, que era basicamente agropecuária. A soja que saía do estado *in natura*, passou a ser esmagada, agregando valor à produção, graças à instalação de quase uma dezena de indústrias do setor em diversas regiões.

Também foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da economia goiana, principalmente dos setores secundários e terciários. Silva (2006, p. 35), ao desenvolver sua pesquisa sobre esse programa, nos revela que “em 18 anos de história, o FCO, financiou mais de 345 mil empreendimentos produtivos de todos os portes e em todos os segmentos, culminando com investimentos totais de R\$10,9 bilhões e geração de 1,4 milhões de empregos”.

Em Goiás, a microrregião do Sudoeste Goiano se fortaleceu economicamente após o direcionamento desses programas governamentais orientados para a agricultura e agroindústria, que vieram atender a lógica do mercado global. Juntos, Estado, capital monopolista e empresários rurais, formam o tripé que estabeleceu a reestruturação produtiva da agropecuária.

Considerações finais

O Centro Oeste passou por uma reestruturação agrícola estimulada pelo governo federal por meio de diversos programas agropecuários e agroindustriais tais como o POLOCENTRO, o PRODUZIR e o FCO, bem como pelo capital privado investido no agronegócio. Eles puderam favorecer a criação de áreas agrícolas e de regiões agroindustriais, favorecendo o agronegócio em Goiás e Sudoeste Goiano.

Dentre as diversas mudanças no Centro Oeste destacamos a transformação na divisão social do trabalho, em que os parceiros tornam-se os empregados das empresas rurais. Junta-se a isso, a inserção da automação e a exigência por mão-de-obra qualificada, restando aos excluídos do processo se dirigir aos centros urbanos.

No Sudoeste Goiano, a produção regional aliada à agroindústria favoreceu a formação do agronegócio, estimulando todos os setores da economia regional. A necessidade por novos fixos no campo, tais como maquinários, produtos agrícolas e mão de obra qualificada, são correspondidas pelos novos papéis que as cidades inseridas nessa região vêm desempenhando.

Diante disso, a reestruturação agrícola tem sido a causa/consequência do processo de desenvolvimento regional de diversos centros urbanos, trazendo em sua bagagem benefícios e consequências sociais, econômicas, tecnológicas, dentre outras, ora beneficiando um grupo, tais como os empresários rurais e urbanos, ora prejudicando os pequenos camponeses e demais parcelas descapitalizadas ou sem mão de obra qualificada.

No espaço urbano, o agronegócio do Sudoeste Goiano, consolidado em cidades como Rio Verde, consegue fortalecer todo o sistema produtivo, crescendo em número de estabelecimentos, geração de empregos, renda e tributação, por meio das agroindústrias,

comércio e serviço. Ao mesmo tempo, estimula o processo de imigração intermunicipal e interestadual e a especulação imobiliária.

O retrato dessas cidades do campo reproduz a dinâmica socioeconômica das grandes cidades capitalistas: de um lado, a reprodução do grande capital entre os empresários rurais (sojicultores e pecuaristas) e urbanos (agroindustriais e comerciantes), o consumo técnico científico e informacional empregado no campo, o consumo por moradias de luxo, automóveis do ano, roupas de grife, filhos em universidades.

Do outro lado desse mesmo sistema, essas cidades refletem a exploração e a segregação do homem que teve posses no campo, bem como do trabalhador que não tem capital, desqualificados, identificados como mais um indivíduo que faz aumentar a população desses centros, envolvidos no elevado índice de criminalidade e do tráfico, reféns dos conflitos entre o poder municipal e os cidadãos, na incansável cobrança pelos serviços públicos.

Referências bibliográficas

ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRANDAO, C.A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

CATAIA, M. A. a geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: O caso da criação de novos municípios na região Centro Oeste do Brasil durante o regime militar. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (22), 1 de agosto de 2006, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm>> Acesso em fev. 2009.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSTO, E.S.; SPOSITO, M.E.B, e SOBARZO, O.(org.). **Cidades Médias** – produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 279 – 303.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, UNESP, ano 9, n. 8, p. 29 – 51, jan./jun. 2006b.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, vol. X, n. 218 (03), 1 de agosto de 2006c, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em fev. 2009.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26 a 30 de maio de 2008, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/270.htm>>. Acesso em maio 2009.**

GONÇALES, C. **Reflexões sobre a importância da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) no desenvolvimento da Região de Rio Verde – GO**. Uberlândia: Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2001. 164 p (Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento econômico).

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

IPEA. **Redes urbanas regionais** – Norte, Nordeste e Centro - Oeste. Brasília: IPEA, 2002.

LUCCI, E. A. et.al. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo, Saraiva, 2003.

PEREIRA, S. L.; XAVIER, C. L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, G. J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Unicamp: 1996.

SOARES, B. R. e BESSA, K. C. F. O. As novas redes do Cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**, UFG, Goiânia, v. 19, n. 2, jan./dez. 1999. p. 11-34.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista eletrônica da associação dos geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, ano 2, set. 2005. p. 21 a 42. Disponível em: <<http://www.revistageo.ufms.html>>. Acesso em jun. 2009.